

## Câmara Municipal de Ilha Comprida

AUTÓGRAFO Nº 102/2024 (Projeto de Lei nº 110/2024)

INSTITUI A SALA MODIFICADA PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PRONTO ATENDIMENTO DE ILHA COMPRIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Fábio Rogério Tonon**, Presidente da Câmara Municipal de Ilha Comprida/SP, no uso das atribuições legais e com fulcro no dispositivo no inciso V do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, <u>FAZ SABER</u>, que a Câmara Municipal em sua 34ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2.024, aprovou por oito votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 110/2024, de autoria da Nobre Vereadora Andressa Marques Moreira Ceroni, com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Ilha Comprida, a sala modificada no Pronto Atendimento para atendimento prioritário para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que der entrada para um atendimento e tratamento adequado.

**Parágrafo único**. As salas modificadas (multissensoriais) são espaços planejados para oferecer um ambiente controlado e acolhedor que ajuda a reduzir o estresse sensorial experienciado por indivíduos com TEA. Equipadas com brinquedos, livros e iluminação ajustável, essas salas visam proporcionar uma experiência mais agradável e eficaz durante o processo de análise social, consulta médica e atendimento emergencial.

Art. 2º Para efeitos desta lei, a pessoa com transtorno do espectro autista é aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma do art. 1º, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal 12.764 de 27/12/2012 e a Lei Municipal 2.020/04/23 que autoriza a emissão da Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA), destinada a conferir a identificação da pessoa diagnosticada com Transtorno Espectro Autista (TEA), no âmbito do Município de Ilha Comprida.

**Art.** 3º existem leis municipais que autoriza a emissão da Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA), destinada a conferir a identificação da pessoa diagnosticada com Transtorno Espectro Autista (TEA), no âmbito do Município de Ilha Comprida.

Art. 4º A capacitação dos funcionários ocorrerá por profissionais capacitados, que ensinara desde os funcionários da recepção, passando pelos membros da equipe de plantão, para orientar os pais e encaminhar as pessoas com transtornos do espectro autista para aguardar na sala modificada, para que o atendimento emergencial ocorra de maneira mais segura e confortável ao paciente TEA.



## Câmara Municipal de Ilha Comprida

- Art. 5º O Poder Executivo poderá, a seu critério, celebrar convênios ou congêneres com entidades de saúde ou outras que atuem no tratamento de pessoas com transtorno do espectro autista.
- **Art.6º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão às custas de dotações próprias do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
- Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fábio Rogorio Tonon Presidente da Câmara